

Geopolítica do Desenvolvimento Capitalista na Pré-Amazônia Mato-Grossense: Poder e Capital na Área de Influência da BR-163

Diogo Marcelo Delben Ferreira de Lima¹

Resumo

O sistema capitalista compreende um conjunto de normas e princípios que orientam a política e a economia mundial, todavia, são muitas as interpretações quanto à sua eficiência e validade social. Em que pese as devidas críticas, cumpre entender que na presente conjuntura internacional tem-se a figura de grandes empresas transnacionais hábeis na produção do território, que alteram significativamente as relações de poder e impõem uma nova geopolítica. Na Pré-Amazônia mato-grossense, a atuação destas empresas repercute na estrutura fundiária, nas relações de trabalho e na apropriação dos recursos naturais, promovendo um desenvolvimento capitalista desigual.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Amazônia; Mato Grosso.

The Geopolitics of Capitalist Development in the Amazon Pre-Mato Grosso: Power and the Capital Area of Influence BR-163

Abstract

The capitalist system comprises a set of rules and principles guiding the policy and the world economy, however, there are many interpretations as to the validity and social efficiency. Despite the criticism due, should be understood that the present international situation has the figure of transnational corporations skilled in the production of the territory, which significantly change the power relations and impose a new geopolitics. In the pre-Amazon Mato Grosso, the performance of these companies has an impact on land ownership, labor relations and the appropriation of natural resources, promoting capitalist development unequal.

Keywords: Development; Amazon; Mato Grosso.

Introdução

O processo de povoamento do estado de Mato Grosso se inicia por volta do século

¹ Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso. Registra-se agradecimentos ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Áreas Úmidas (INAU) e ao Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia – CNPq/MCT. Contato: diogomdelben@gmail.com

XVI quando ainda pertencia à coroa espanhola, todavia, as primeiras referências de exploração real do território remetem ao período em que alguns bandeirantes avançavam em expedições pelo interior do país com o intuito de capturar e escravizar índios. No entanto, uma segunda etapa de povoamento mais contemporânea vai ocorrer entre as décadas de 1950 a 70 com as colônias agrícolas da Era Vargas e o Programa de Integração Nacional – PIN.

Visando amenizar os conflitos fundiários no Sul e Sudeste do país e o avanço e as consequências da migração nordestina para os grandes centros urbanos, bem como criar e facilitar o acesso a novos mercados e fomentar a produção de alimentos e matérias primas para a indústria, foram construídas rodovias federais pelo interior do país, com destaque para a BR-364 (Cuiabá-Porto Velho), BR-070 (Rio Araguaia-Cuiabá) e BR-163 (Cuiabá-Santarém) (MORENO, 2007). Atualmente, aquele estado se destaca no contexto nacional em razão da importância de seu setor primário, *locus* para a implantação do agronegócio e um destino de movimentos migratórios de todo o país.

Na área de influência da BR-163 vivem em torno de 2 milhões de pessoas (TONI, MACHADO, PINTO, 2010), abrangendo 65 municípios, destes 32 no Mato Grosso, 28 no Pará e 5 no Amazonas, de acordo com o Ministério da Integração Nacional (2004). Toda a área sofreu expressivas transformações em sua dinâmica territorial e na ordem socioambiental decorrentes da implantação de um modelo de crescimento voltado para a economia global, onde prevalece a técnica, a divisão social do trabalho, a competitividade e a acumulação do lucro pelas grandes empresas agropecuárias.

Os municípios em estudo – Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Alta Floresta, localizados na porção norte do estado de Mato Grosso, na área de influência da rodovia federal que liga Cuiabá à Santarém, apresentam uma realidade *sui generis* que evidencia a capacidade do setor agropecuário de produzir números robustos na produção de riquezas e geração de postos de trabalho, mas que pouco repercutem na economia local e no desenvolvimento regional sustentável, latentes são as irracionalidades promovidas pelo sistema capitalista na produção do território.

Este trabalho pretende destacar as contradições socioespaciais nessa geopolítica do desenvolvimento capitalista em uma das principais regiões do agronegócio brasileiro na Pré-Amazônia mato-grossense.

Análise e discussão dos resultados

O sistema capitalista mundializado é um forte provedor de desigualdades

socioespaciais, característica intrínseca de um modelo onde capitalistas exploram o trabalho daqueles desprovidos dos meios de produção e de capital. Gorender (2004, p. 17) entende que este modo de produção representa “uma contradição entre o caráter social da produção e a forma privada de apropriação”. Assim, ocorrem irracionalidades sistêmicas que acabam por minar o próprio processo de desenvolvimento implementado quando alimentam a reprodução desigual do espaço e da ordem capitalista.

Uma dessas irracionalidades reside no campesinato, cuja existência é ideologicamente indesejável na lógica do modelo do agronegócio. Nesse sentido, Abramovay (1992) sustenta que a reprodução social dos trabalhadores rurais em formas não-capitalistas ou pré-capitalistas representa uma “integração parcial a mercados imperfeitos”, que reduz o potencial de consumo do mercado interno e impede a consolidação do sistema.

Becker (1991) entende que a produção do território não se resume ao jogo das leis de mercado, mas inclui também a prática de ações estratégicas por certos atores. Para o presente estudo de caso, identificam-se como exemplos a ampliação da malha rodoviária, sobretudo dos 1.780 Km de extensão da BR-163, a criação de núcleos de povoamento na área de expansão da fronteira agrícola, a emancipação político-administrativa dos municípios de Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Alta Floresta na década de 1980, a instalação de grandes empresas transacionais como Sadia, Perdigão e Ideal Porcs e a ampliação dos mercados doméstico e internacional. Não obstante, a produção e a (re)significação do território podem ser entendidos a partir das contradições socioespaciais do próprio sistema.

Apropriação da terra e estrutura fundiária

A terra representa o principal meio de produção agrícola e sua apropriação ocorre historicamente pelo recurso de práticas escusas e ilegítimas se considerarmos que o território e seus recursos compreendem um direito inalienável do conjunto da sociedade. No caso brasileiro, muitos foram os instrumentos que corroboram para uma realidade fundiária dramática, como a adoção do regime sesmarial instituído em 1530 e da Lei de Terras de 1850. Assim como no restante do país, também no Mato Grosso o desenvolvimento do campo se deu pela via do latifúndio, onde grandes extensões de terras e o sistema de poder estão concentrados nas mãos de uma elite agrária (Tabela 1).

Tabela 1 - Evolução da estrutura fundiária de Mato Grosso (1992-2003)

Variáveis	1992		2003	
	Número	Área	Número	Área
Dimensão (ha)				
Até 200	36.048	2.502.309,10	69.399	4.447.992,20
De 200 até 2.000	18.610	11.777.032,30	36.815	24.321.402,00
Superior a 2.000	4.985	24.321.402,00	9.318	42.012.889,20
Total	59.643	38.600.743,40	115532	70782283,4

Fonte: Cavalcante (2008). Adaptado pelo autor.

Esse avanço na ocupação do território entre 1992 e 2003, é demonstrado pelo crescimento de 93% do número de estabelecimentos rurais e de 83% de área total. Há de se considerar que esta invasão agropecuária ocorreu em terras preservadas e até mesmo em territórios de comunidades tradicionais e indígenas.

Percebe-se a hegemonia das grandes propriedades rurais quando apenas 8% dos estabelecimentos rurais detêm quase 60% do campo mato-grossense, seguida dos estabelecimentos de porte médio com 31% das unidades e 34% das terras. Por fim, as pequenas propriedades com 61% dos estabelecimentos não alcançam 6% da área total.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o Instituto de Terras de Mato Grosso e o poder público nas demais esferas administrativas não “conseguem” promover a regularização fundiária nos municípios em tela (Tabela 2). O próprio estado de Mato Grosso divulgou o Anuário Estatístico de 2009 sem atualizar os dados relacionados à estrutura fundiária, onde fez constar até o período de 1980 a 1996, muito defasado obviamente.

Tabela 2 - Estrutura fundiária “legal” dos municípios em estudo

Condição do produtor (proprietário)	Nova Mutum	Lucas do Rio Verde	Alta Floresta
Individual	726 unidades 456.262 hectares	303 unidades 234.435 hectares	2.225 unidades 443.826 hectares
Sociedade	03 unidades 4.940 hectares	03 unidades 13 hectares	56 unidades 17.549 hectares
Cooperativa	- -	- -	02 unidades 52 hectares
S/A ou cotas limitadas	24 unidades 143.224 hectares	07 unidades 21.576 hectares	18 unidades 55.213 hectares
Instituição de utilidade pública	- -	01 unidade 50 hectares	- -
Poder público	-	03 unidades 365 hectares	02 unidades 503 hectares
Outras condições	17 unidades 1.955 hectares	05 unidades 975 hectares	14 unidades 12.081 hectares
Total	770 unidades	322 unidades	2.317 unidades

	606.381 hectares	257.413 hectares	529.224 hectares
--	------------------	------------------	------------------

Fonte: Censo Agropecuário de 2006 do IBGE (2010). Adaptado pelo autor.

Pode-se alegar que ocorre aqui um erro metodológico, pois este levantamento apresenta um número elevado de proprietários individuais, incluindo na mesma classe pequenos, médios e grandes proprietários de terras, evidenciando uma não concentração fundiária. Mas se confrontarmos os dados com a evolução da estrutura fundiária geral do estado (Tabela 1) e com o crescimento da cadeia produtiva de carne e grãos que ocorre fundamentalmente em médias e grandes propriedades, temos justamente a indicação de movimento oposto. Está claro que Nova Mutum apresenta a estrutura fundiária mais concentrada, vez que dispõe de área superior a de Alta Floresta, mas com um número muito inferior de estabelecimentos.

Nenhuma política de reorganização fundiária foi de fato implementada, na região de estudo, tampouco a reforma agrária. O poder público permanece refém dos interesses de grupos hegemônicos em prejuízo da agricultura familiar e dos trabalhadores e, com isso, inúmeros problemas socioambientais emergem. Martins (2004, p. 25) defende mudanças nesta política ao considerar que a reforma não é mais só agrária e nem restrita aos movimentos populares, mas “combina interesses dos trabalhadores rurais, da sociedade, do capital e do Estado”.

Esta opinião encontra respaldo quando visualizamos que são as pequenas propriedades rurais que absorvem mais mão de obra, viabilizando relações sociais de produção que tendem a ser mais justas e compensatórias, pois não se privilegia o lucro a qualquer custo e não se tem o uso predatório dos recursos naturais. Mas este não é um fato reconhecido pelo Estado e nem pela elite agrária, que consideram que uma reforma na estrutura fundiária desafia não só o direito à propriedade privada e à livre iniciativa, mas o poder político oligárquico estabelecido historicamente no país.

Não obstante, o discurso hegemônico é de negação da funcionalidade da agricultura familiar para o agronegócio (principalmente no agrocombustível), em que pese sua enorme capacidade de produção de alimentos e matérias primas conforme posição de Oliveira (2007).

Fronteira agrícola e expansão do agronegócio

Antes de discutirmos as implicações socioeconômicas da expansão da fronteira agrícola torna-se necessário apreciar uma distinção teórica do que vem a ser fronteira.

Em Martins (1997, p. 153) encontramos *frente de expansão* e *frente pioneira*, que se diferenciam por capturar não só as formas de ocupação territorial, mas todo um modo de “ser e de e viver no espaço novo”. A *frente de expansão* é marcada pelo conflito, prevalecendo, sobretudo, a “diversidade de relações sociais marcadas por tempos históricos diversos, e, ao mesmo tempo, contemporâneos (MARTINS, 1997, p. 156). Enquanto isso, a *frente pioneira* se configura pela nova sociabilidade, por uma “situação espacial e social que convida ou induz a modernização, a formulação de novas concepções de vida, à mudança social” (MARTINS, 1997, p. 153).

Não se deve olvidar que o território mato-grossense inserido na Pré-Amazônia mantém uma população com costumes, tradições e modos de vida próprios, e que a inserção de uma nova lógica espacial desafia esse regionalismo quando compactua com um modelo global que em nada respeita as especificidades do lugar. Sendo assim, a região de influência da BR-163 é palco e cenário de contradições sociais profundas, características de frentes de expansão.

A “violência” da ocupação deste território pelo capital, perceptível pela forte atuação dos agentes hegemônicos que imprimem uma técnica verticalizada, pressiona a lógica camponesa, agora condicionada à produção monocultora e exportadora onde se redefine as rugosidades representadas pelas frentes pioneiras.

Não obstante, o aumento expressivo do número de estabelecimentos rurais (de todas as dimensões) e da área agrícola das últimas décadas ocorre não mais pelo incentivo das políticas de integração nacional e de ocupação dos “espaços vazios” do Centro-Oeste (a “Marcha para Oeste”), e sim pelo avanço e consolidação da fronteira agrícola.

Os três *fronts* prioritários do desenvolvimento capitalista do campo brasileiro pelo modelo do agronegócio estão nas regiões de Cáceres, Sorriso e Rondonópolis, de acordo com o citado Anuário Estatístico de Mato Grosso (2008). Na média de 2004 e 2005, estes *fronts* concentraram a riqueza agropecuária do estado. Na porção sudoeste, a região de Cáceres detém quase 9,5% do PIB estadual e, ao norte, representando os municípios em estudo, Sorriso tem aproximadamente 10% de participação no PIB estadual. O destaque é para Rondonópolis, situada no centro-sul do estado, com 22,86%, lembrando que esta região foi beneficiada no passado recente com equipamentos logísticos e infraestruturas para um moderno parque agroindustrial.

O resultado dessa expansão agrícola se projeta no valor da terra e na maior pressão imobiliária resultante da especulação com imóveis agropecuários. Bernardes

(2006) apresenta uma gradação espacial desse fenômeno conforme o avanço e a consolidação da produção da soja, assim temos: a) áreas de fraca expansão reunindo os municípios do extremo norte do estado, com incidência de práticas econômicas como extrativismo florestal e pecuária; b) áreas de maior expansão em razão da forte influência da terceira área onde a produção está consolidada; e c) áreas do agronegócio propriamente dita, competitivas pela sua larga escala de produção e pelo seu funcionamento produtivo em cadeia.

É justamente esse movimento do mercado que impede o desenvolvimento regional de base econômica sustentável, uma vez que a especulação imobiliária impede que as terras da região sejam adquiridas pela população local devido a seu alto valor. Por sua vez, aqueles trabalhadores rurais que possuem suas terras não conseguem nelas produzir pela falta de capital e ausência de suporte técnico, de logística e de infraestruturas (dificultando o acesso ao mercado consumidor), e se veem obrigados a vender suas unidades de produção familiar. Moreno (2007) afirma que a política de privatização das terras públicas inclui mecanismos de burla (grilagem) associados ao modelo econômico vigente, que conspiram em favor de um modelo de gestão territorial um tanto quanto questionável. Esses processos de concentração e reconcentração fundiária são responsáveis diretos pelos conflitos no campo mato-grossense.

Em entrevistas realizadas nos municípios de Nova Mutum e Lucas do Rio Verde com os presidentes dos sindicatos dos trabalhadores rurais, obteve-se a informação de que em tempos recentes a maior parte dos associados era de pequenos proprietários de terras da região, mas hoje prevalecem nos quadros sindicais locais os trabalhadores assalariados das grandes fazendas. Este fato, por si só, demonstra o avanço da proletarização ou assalariamento no campo mato-grossense.

Paralelamente, o investidor capitalizado é atraído pela possibilidade de extração do lucro da terra, e colabora insatisfatoriamente no crescimento econômico regional quando deixa irrisória parcela dos lucros através dos salários de seus empregados e de impostos. Situação agravada pela pífia atuação do poder público, que fascinado pelos números do agronegócio ilude a população alegando as benesses a serem conquistadas pela implantação dos empreendimentos agropecuários. Além do argumento hegemônico do desenvolvimentismo do agronegócio, há o discurso de que o funcionamento das atividades econômicas em cadeia produtiva e grandes propriedades pode reduzir o desmatamento ao diminuir a pressão por novas áreas para expansão do cultivo de grãos.

A intervenção do Estado no sentido de disciplinar o uso do território poderia atenuar

a questão socioambiental regional, no entanto, essa não tem sido a regra, onde a postura estatal permanece no resguardo do capital privado pela disponibilização indiscriminada de crédito e incentivos fiscais e na efetivação de custosos equipamentos públicos necessários aos grandes empreendimentos.

Questionou-se ao Secretário de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio de Lucas do Rio Verde sobre como ocorre o processo de instalação e incentivo para estas grandes empresas agropecuárias, mas o representante da municipalidade restringiu-se a dizer que houve a concessão de vantagens sem relacionar quais foram. A verdade é que as unidades agroindustriais encontram facilidades para sua inserção na economia local, e ocorre mesmo uma “guerra” entre os municípios da região para abrigar estas empresas.

O fator trabalho

Martins (1996) lembra que o trabalho livre é recente na história da Humanidade, e que mudanças significativas na concepção do trabalho ainda não foram de fato incorporadas, o que pode ser facilmente visto na realidade social local diante das contradições do sistema capitalista. O setor agropecuário no estado empregou 83.892 trabalhadores ou apenas 6% de toda a força de trabalho mato-grossense em 2009, conforme dados sobre empregos formais do Ministério do Trabalho e Emprego (2010). Neste levantamento não se inserem os trabalhadores das unidades de base familiar, pois estes exercem o labor sem vínculo de emprego e, sabidamente, absorvem percentuais maiores de mão de obra. Assim, a importância do agronegócio certamente não está na absorção da mão de obra (Tabela 3).

Tabela 3 - Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários nos municípios em estudo (2000 a 2010)

Variáveis	Nova Mutum	Lucas do Rio Verde	Alta Floresta	Mato Grosso
Admissões	17.444	12.758	5.936	595.664
Desligamentos	15.746	11.557	5.198	577.894
Pessoal ocupado em Janeiro/2010	2.702	1.593	1.241	82.683
Estabelecimentos ²	389	291	387	16.915

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (2010). Adaptado pelo autor.

Pela diferença entre admissões e desligamentos resta um saldo positivo no período, o que equivale a dizer que o setor tem contratado mais nas propriedades rurais.

² O número de estabelecimentos apresentado pelo MTE não confere com aquele do Censo Agropecuário de 2006 do IBGE, mas o número de trabalhadores está muito próximo.

Contudo, o pessoal ocupado em janeiro de 2010 nos municípios em questão, em torno de 2.140 trabalhadores, representa pouco mais de 2% da absorção de mão de obra, e está muito abaixo da média do estado de 6%. Assim, a tese de que o setor agropecuário é responsável pelo crescimento do estado de Mato Grosso é controversa e pode levar a um fascínio desenvolvimentista.

Apenas para ilustrar esta situação, pode-se citar as cadeias produtivas de carne e grãos, onde um produtor integrado de Lucas do Rio Verde informou que cada granja ou barracão avaliado em quase um milhão de reais, produz 14.000 aves por mês a um preço médio de R\$ 0,10 centavos cada, e que trabalha com apenas uma pessoa para acompanhar o funcionamento correto das máquinas, controlar temperatura, ração etc. Semelhante situação pode ser observada entre os produtores integrados criadores de suínos de Nova Mutum e até mesmo nas fazendas pecuaristas de Alta Floresta, onde uma fazenda maior que 1.000 hectares e capacidade de produção de 16.000 cabeças sob sistema de confinamento atua com apenas 25 funcionários, nem todos definitivos e registrados.

Um dos caminhos percorridos pelo estado é do crescimento econômico pela agroindustrialização, apesar de estar distante dos corredores de escoamento da produção, dos portos e até dos grandes centros consumidores. Assim, empresas do ramo alimentício implantaram plantas em Mato Grosso privilegiando o ganho em larga escala, caso das gigantes Sadia e Perdigão, e cujo balanço de empregos pode ser analisado na Tabela 4.

Tabela 4 - Pessoal ocupado em unidades agroindustriais de 2000 a 2010

Variáveis	Nova Mutum	Lucas do Rio Verde	Alta Floresta	Mato Grosso
Admissões	13.119	10.980	10.561	488.953
Desligamentos	11.319	7.119	10.540	469.265
Pessoal ocupado em Janeiro/2010	2.996	4.347	1.866	91.363
Estabelecimentos	140	182	227	10.245

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (2010). Adaptado pelo autor.

Ainda que a agroindústria pareça um avanço na geração de empregos, é perceptível a face perversa deste processo. Silva (1998) revela que esses empregos industriais podem instigar o abandono das atividades nas unidades familiares, ao subordinar esta última à lógica da grande indústria. Com isso, mais uma vez se estabelecem modos de locupletar a renda do trabalhador rural na forma de apropriação

da mais-valia pelos capitalistas industriais-urbanos.

Como os municípios de Nova Mutum e Lucas do Rio Verde não dispunham de mão de obra suficiente para as unidades agroindustriais e outras empresas inseridas na cadeia de carne e grãos recém-instaladas, a saída encontrada pelo mercado foi buscar mão de obra barata e abundante no Nordeste do país. Esta migração forçada e constante promove um atrito sociocultural entre aqueles que chegam e a população residente, onde não é raro encontrar no discurso de alguns mato-grossenses formulações preconceituosas como a de que os “nordestinos não gostam de trabalhar”.

Nova Mutum recebeu uma planta da Perdigão, em 2005, e Lucas do Rio Verde uma unidade da Sadia no ano seguinte. Recentemente, a crise internacional permitiu a fusão destas concorrentes em uma nova empresa – a Brasil Foods S.A. A atuação desta gigante empresarial nos municípios da região trouxe um acelerado ritmo econômico e social que se traduz no inchaço populacional (Tabela 5) nos últimos anos e no aumento da demanda por serviços públicos essenciais.

Tabela 5 - Evolução populacional dos municípios em estudo (1996 a 2010)

Município/População	1996	2000	2010
Nova Mutum	8.388	14.818	31.441
Lucas do Rio Verde	12.647	19.316	45.134
Alta Floresta	57.053	46.982	49.233

Fonte: Censo Demográfico de 2010 do IBGE.

As moradias disponibilizadas em conjuntos habitacionais pelas grandes empresas agroindustriais estão distantes do centro das cidades da região, promovendo a segregação sócio-espacial. Estas pessoas dificilmente interagem com a população local ou usufruem dos serviços públicos. Sobre este dramático conteúdo social vivenciado nestes municípios, podemos recorrer ao atento olhar de Martins (2002), que atesta que não se trata de exclusão social, mas de inserção numa lógica perversa de inclusão através da acumulação capitalista combinada com a privação social e cultural.

As estatísticas de Alta Floresta apresentam uma dramaticidade ainda maior, pois com o predomínio da pecuária bovina e da exploração madeireira, ambas responsáveis pelo desmate ilegal e devastação das florestas, houve uma variação negativa na quantidade de postos de trabalho. Conforme informante do sindicato dos madeireiros, a retração é da ordem de 30%, e corresponde ao período em que foram perpetradas no estado ações policiais de combate aos crimes ambientais, a exemplo das operações Curupira em 2005 e Arco de Fogo em 2008.

Outras irracionalidades socioeconômicas próprias do território produtivo

A cadeia de carne e grãos presente nos municípios de Nova Mutum e Lucas do Rio Verde se caracteriza pela implantação dos CAIs – Complexos Agroindustriais, onde dominam as relações operacionais e econômicas entre a agricultura e a indústria de modo interdependente. No modelo atual, a partir do estágio de desenvolvimento do sistema capitalista monopolista tem-se “as alianças interempresariais, as parcerias com as universidades e instituições de pesquisa, o monopólio da tecnologia e do conhecimento científico” (ARACRI, 2010, p. 32).

A primeira etapa desta cadeia produtiva é justamente a mais problemática, ao evidenciar a expropriação de terras e seu uso inadequado. Girardi (2008) afirma que a ocupação do território mato-grossense se deu pela parceria questionável entre Estado e capital privado, e que os projetos de colonização onerosos ou gratuitos serviram para aquisição ilegal de terras, bem como para reserva de valor e obtenção ilegal de crédito acrescenta Oliveira (2007).

A expansão da fronteira agrícola favoreceu o latifúndio e a propriedade particular monocultora destinada ao mercado externo (GIRARDI, 2008). Por isso, Silva (1982) acredita que o desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira ocorre em virtude do apoio estatal; e que por não ter havido uma transformação eficiente do modo de produção há a necessidade invariável de importar alimentos das regiões produtoras.

Neste sentido, pode-se citar o caso da Fazenda Ribeira do Céu, de propriedade de Otaviano Pivetta, localizada em Nova Mutum, que inicia suas atividades na produção de arroz, soja e milho, mas com os lucros acumulados passa a investir em outras atividades da cadeia produtiva como suinocultura e bovinocultura, e ainda no fortalecimento do Grupo Vanguarda do Brasil S.A., que hoje está entre as 3 maiores empresas do agronegócio, obtendo inclusive a certificação Global GAP para entrada de seus produtos no mercado internacional.

Em conversas com os produtores da região supostamente integrados observa-se que estes imergem na lógica do agronegócio ao produzirem grãos para a ração dos suínos e bovinos, e que assim esperam a autosuficiência financeira. Esta pretensão legitima o próprio sistema capitalista e a cadeia do agronegócio, supondo que qualquer produtor com talento para os negócios pode se tornar um capitalista e reproduzir as mesmas forças que sustentam o sistema.

Silva (1981) recorda a questão dualista da economia proposta por Adam Smith, de que o subdesenvolvimento poderia ser superado a partir da imitação. Este discurso “do

crescimento” permeia a mentalidade dos produtores rurais, que sonham algum dia em se tornar “barões” dos grãos ou da carne. Em realidade, acabam engolidos pelo esquema produtivo das *tradings*, que vendem todo o pacote técnico para a produção nas unidades agrícolas através de financiamentos bancários obtidos mediante o empenho do patrimônio dos integrados e/ou de sua produção. Completa esse quadro, o monopólio de mercado praticado pelas empresas Sadia, Perdigão, Ideal Porc, JBS/Friboi e Mafrig, únicas destinatárias possíveis para a produção, cada qual em seu respectivo ramo.

Por exemplo, o grupo André Maggi atua em diversas frentes e por todo o estado, através de várias empresas englobando desde a produção de grãos, geração de energia, escoamento da produção, transformação dos grãos em farelo e biodiesel, etc. Assim, o grupo se ramifica em Amaggi Exportação, Divisão Agro, Hermasa e Amaggi Energia. Na região em estudo, em Lucas do Rio Verde encontra-se uma planta da indústria, uma transportadora e um armazém, de modo que a Amaggi apresenta uma típica característica de multilocalização das unidades de produção (ARACRI, 2010).

A Fiagril S.A. tem uma unidade de produção de biodiesel no município de Lucas do Rio Verde, com capacidade de transformação de óleos vegetais e gordura animal de 120.000 ton./ano. Todavia, seu funcionamento é de uma *trading*, onde a empresa presta serviços no financiamento da produção, no fornecimento de insumos, no armazenamento de grãos e no comércio e na distribuição.

Sendo dispendioso para as grandes empresas atuarem em todas as fases do arranjo produtivo, optam por “arrendar” ficticiamente as propriedades rurais de médios e grandes proprietários para que estes produzam a matéria prima (frangos, porcos e boi) a ser abatida nos frigoríficos, originando a figura dos *produtores integrados*. No discurso dos integrados sobre a conversão de suas propriedades em granjas, chiqueiros e pastos, está aí a possibilidade de geração de renda praticamente durante todo ano, onde não mais estão sujeitos apenas os rendimentos das safras obtidas uma ou duas vezes por ano. Mas na prática, esses contratos integrados apenas reservam o trabalho familiar para a geração de valor agregado aos produtos das *tradings*.

Os frigoríficos representam a maior parte das unidades agroindustriais propriamente ditas, e a planta da Sadia em Lucas do Rio Verde está entre as maiores do grupo Brasil Foods, onde nos próximos anos deve alcançar sua capacidade máxima e trabalhar como abatedouro de aves, suínos e fábrica de rações e industrializados. A Sadia e Perdigão em razão da fusão já iniciada devem trabalhar nos próximos anos em sinergia, com a possibilidade de uso comum dos recursos, equipamentos, máquinas e tecnologias

e até de gestão integrada.

Contudo, provavelmente a expansão do Grupo Mafrig, que comprou a Seara, antes Cargil, pode intensificar a concorrência, mas agora em condições ainda mais monopolísticas (BERNARDES, 2010). O monopólio do mercado é um dos fatores que embaraça o aumento de postos de trabalho e controla a oferta e o preço dos produtos para o mercado consumidor.

Não é tão expressiva a participação isolada dos municípios em tela no Produto Interno Bruto do estado, entretanto, a região de Sorriso, onde estão Nova Mutum e Lucas do Rio Verde, gera aproximadamente 10% daquele, perdendo importância apenas para as regiões da baixada cuiabana e de Rondonópolis, tendo participação semelhante à região de Cáceres. Já Alta Floresta e sua região homônima possuem apenas 4% de participação no PIB estadual (Tabela 6).

Tabela 6 - Produto Interno Bruto de Mato Grosso e municípios (2004 e 2005)

	2004		2005	
	R\$	%	R\$	%
Mato Grosso	36.961.123	100	37.466.137	100
Nova Mutum	775.368	2,11	760.290	2,03
Lucas do Rio Verde	709.756	1,92	886.847	2,37
Alta Floresta	358.558	0,97	387.707	1,03

Fonte: MATO GROSSO (2008). Adaptado pelo autor.

Acerca da repercussão na balança comercial do estado, destaca-se que a pauta de exportação de industrializados representa menos de 10%, enquanto os produtos básicos alcançam expressivos 90% de acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (apud GAHYVA, 2010), o que supostamente afastaria Mato Grosso da condição de produção verticalizada. Entretanto, essa exportação é carregada pelo complexo da soja, com 71,5% da pauta, e pelas carnes (bovina, suína e aves), com 6%, conforme Anuário Estatístico do Mato Grosso (2008).

Com um crescimento anual de 54% entre 2005 e 2006, a contribuição do setor de carnes deve se ampliar nos próximos anos, onde o produto *in natura* antes exportado com baixo valor agregado está sendo trabalhado por outro elo da cadeia produtiva, agora vendida a um preço mais alto para o mercado internacional (Tabela 7).

Tabela 7 - Produção agropecuária pelo tipo de rebanho e cultivo nos municípios em estudo (2005 a 2008)

Produção	2005			2008		
	Nova Mutum	Lucas do R. Verde	Alta Floresta	Nova Mutum	Lucas do R. Verde	Alta Floresta
Bovino	104.897	15.456	753.434	111.915	16.452	760.026
Suíno	82.926	86.362	11.473	184.000	183.599	11.957
Aves	895.455	22.500	144.391	12.484.000	1.069.128	85.014
Soja	1.068.575	744.436	810	1.081.575	758.789	730
Milho	179.532	335.250	750	529.326	691.360	730

Fonte: IBGE (2009), Produção Agrícola e Pecuária Municipal.

Nota: A produção agrícola é em toneladas, a da pecuária em número de cabeças e a de aves em unidades.

Nota-se um maior crescimento na produção de suínos e de aves, em razão da alta capacidade produtiva dos frigoríficos da Perdigão, Sadia e Ideal Porc nas cidades de Nova Mutum e Lucas do Rio Verde. No tocante a carne bovina, Alta Floresta se destaca pelo seu elevado rebanho, afinal é uma área de expansão da fronteira agrícola onde prevalecem as atividades pioneiras. Contudo, Lucas do Rio Verde poderá aumentar seu rebanho, pois tem a ambição de desenvolver um grande projeto de bacia leiteira com capacidade de produção de um milhão de litros de leite por dia. As atividades iniciaram em 2008 com a Coagril e a Cooperativa Agropecuária e Industrial Luverdense, devendo estas absorverem alguma parte da produção de pequenos produtores da região.

Cerca de 80% das unidades locais industriais são do segmento agroindustrial, que movimenta R\$ 14 bilhões/ano, representando 96,5% do Valor da Produção Industrial, de acordo com Anuário Estatístico do estado (2008). Esta produção tem destino internacional, sendo a União Europeia o maior mercado, recebendo 43% das exportações estaduais, seguido da Ásia, com 35%, e do Oriente Médio. A própria Sadia é credenciada para exportar para países muçulmanos porque atende as exigências internacionais e tem o certificado *Halal*.

A logística da cadeia de carne e grãos depende quase que exclusivamente da BR-163 para escoamento da produção. Mas poderá contar nos próximos anos com outra via – a Ferrovia Transcontinental, que ligará Capinorte (GO), Lucas do Rio Verde (MT) e Vilhena (RO), com 1.638 Km, integrando ainda mais as regiões Norte e Centro-Oeste quando concluída. E com a hidrovía Teles Pires-Tapajós terá acesso aos portos de Paranaguá (PR) e Santos (SP), e ainda aos portos de Manaus (AM), Santarém (PA) e Belém (PA).

Considerações finais

A consolidação do circuito produtivo na área de influência da BR-163 tem estreita relação com o modelo de desenvolvimento capitalista hoje vigente na economia mundial. As grandes empresas instaladas na região imprimem uma nova lógica territorial, redefinem as relações de poder, forçam a instalação de infraestruturas estratégicas e alteram o ritmo da dinâmica populacional e do crescimento econômico.

Entretanto, as consequências perversas deste processo estão materializadas em profundas contradições sócio-espaciais, tais como uma estrutura fundiária desigual e concentrada, relações precárias de trabalho e danos ambientais profundos. Nesse sentido, as questões debatidas evidenciam a necessidade de uma nova postura regional alicerçada em um modelo de crescimento sustentável com maior intervenção estatal.

Referências

ABRAMOWAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: EDUSP, 1992.

ARACRI, Luis Ângelo dos Santos. **A expansão do meio técnico-científico-informacional e a difusão das tecnologias de informação na cadeia carne e grãos**. In: BERNARDES, Julia Adão. ARACRI, Luís Ângelo dos Santos. Espaço e circuitos produtivos. A cadeia carne/grãos no cerrado mato-grossense. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2010.

BECKER, Berta K. **Modernidade e gestão do território no Brasil**. Da integração nacional à integração competitiva. In: Revista Espaço e Debates, nº 32, 1991.

BERNARDES, Julia Adão. **Circuitos espaciais da produção na fronteira moderna: BR-163 mato-grossense**. In: BERNARDES, Julia Adão. Geografias da soja: BR-163, fronteiras em mutação. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2006.

_____. **O novo tempo do capital no cerrado: a criação de novos territórios produtivos**. In: BERNARDES, Julia Adão. ARACRI, Luís Ângelo dos Santos. Espaço e circuitos produtivos. A cadeia carne/grãos no cerrado mato-grossense. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2010.

CAVALCANTE, Matuzalém Bezerra. **Mudança da estrutura fundiária de Mato Grosso, 1992-2007**. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em geografia pela Universidade Federal Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2008.

GIRARDI, Eduardo P. **Proposição teórico-metodológica de uma geografia cartográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento da questão agrária brasileira**. Tese de doutorado em geografia. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

GOENDER, Jacob. **Gênese e desenvolvimento do capitalismo brasileiro no campo brasileiro**. In: STÉDILE, João Pedro (org). A questão agrária na década de 90. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

IBGE. **Perfil dos municípios**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat>. Acesso em 10 de novembro de 2010.

_____. **Produção agrícola e pecuária municipal**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em 15 de novembro de 2010.

_____. **Censo agropecuário de 2006**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria>. Acesso em 15 de dezembro de 2010.

_____. **Censo demográfico**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/censo2010/>. Acesso em 15 de dezembro de 2010.

MATO GROSSO. **Anuário Estatístico. Mato Grosso em números**. Disponível em: <http://www.indicador.seplan.mt.gov.br/mtemnumeros2008/>. Acesso em 05 de novembro de 2010.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira. A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **A sociedade vista do abismo. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Plano de desenvolvimento sustentável para a área de influência da BR-163**. Julho de 2004. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf>. Acesso em 20 de dezembro de 2010.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Cadastro geral de empregados e desempregados**. Disponível em: <http://perfildomunicipio.caged.gov.br/>. Acesso em 20 de dezembro de 2010.

MORENO, Gislaene. **Terra e poder em Mato Grosso**. Política e mecanismos de burla, 1892-1992. Cuiabá: Entrelinhas, Ed UFMT, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa. Estrutura fundiária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, IE, 1998.

Recebido em Agosto de 2011.
Publicado em Outubro de 2011.